

A AGRICULTURA CIENTÍFICA GLOBALIZADA NO MERCADO DE CAFÉS FINOS NO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO (MG)

Ramon de Souza Oliveira

João Cleps Júnior



A AGRICULTURA CIENTÍFICA GLOBALIZADA NO MERCADO DE CAFÉS FINOS NO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO (MG)

THE GLOBALIZED SCIENTIFIC AGRICULTURE IN THE FINE COFFEE MARKET IN THE MUNICIPALITY OF PATROCÍNIO (MG)

Ramon de Souza Oliveira – UFU – Uberlândia – Minas Gerais – Brasil
r.s.pesquisador@gmail.com

João Cleps Júnior – UFU – Uberlândia – Minas Gerais – Brasil
jcleps@ufu.br

RESUMO:

O presente texto aborda a evolução da cafeicultura em Patrocínio, no Estado de Minas Gerais (MG). Esse município localiza-se na Região do Cerrado Mineiro (Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas) e possui uma população estimada de 89.333 mil habitantes (IBGE, 2016). Atualmente, é o maior produtor de café do país, sendo que em 2014 foram colhidas 63.328 mil toneladas de sacas de café (IBGE, 2014). Em relação à estratégia metodológica, esta pesquisa é teórica e documental visando discutir e analisar alguns conceitos relacionados à modernização da agricultura, como a agricultura científica globalizada e a logística. Os principais autores a serem usados são: Frederico (2014), Pereira (2014), Santos (1993), dentre outros. Atualmente, o café produzido em Patrocínio possui uma indicação geográfica, na espécie de Denominação de Origem (DO).

Palavras-chave:

Agricultura Científica Globalizada; Café; Denominação de Origem.

ABSTRACT:

The present text addresses the evolution of coffee cultivation in Patrocínio, in the State of Minas Gerais (MG). This municipality is located in the Region of Cerrado Mineiro (Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba and Northwest of Minas) and has an estimated population of 89,333 thousand inhabitants (IBGE, 2016). Currently, it is the largest producer of coffee in the country, and in 2014 63.328 thousand tons of coffee bags were collected (IBGE, 2014). In relation to the methodological strategy, this research is theoretical and documentary aiming to discuss and analyze some concepts related to the modernization of agriculture, such as globalized scientific agriculture and logistics. The main authors to be used are: Frederico (2014), Pereira (2014), Santos (1993), among others. Currently, the coffee produced in Patrocínio has a geographical indication, in the type of Denomination of Origin (DO).

Keywords:

Globalized Scientific Agriculture; Coffee; Denomination of Origin.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil é o maior produtor de café do mundo. Somente para o ano de 2016, a produção foi de 49.669.000,00 milhões de toneladas de sacas de cafés de 60 kg (CONAB, 2016). O Brasil, é hoje, o segundo maior consumidor desse produto, tendo, consumido em 2015, o total de 20.508.000,00 milhões de sacas de café, perdendo, somente, para os Estados Unidos da América (EUA) (ABIC, 2016).

No mercado financeiro, em especial nas operações de Mercado de Futuro, o café é uma *commodity* que ocupa a segunda posição entre as mercadorias com maior valor de mercado, perdendo, somente, em ganhos de valor para a tradicional e mais negociada *commodity*, o Petróleo (TALBOT, 2004). Os três maiores países exportadores de café no ano de 2015 foram: o Brasil, o Vietnã e a Colômbia, enquanto que os importadores no mesmo ano foram os Estados Unidos, Alemanha e Itália (ABIC, 2016).

A atual distribuição espacial, da produção de café no Brasil, localiza-se nos seguintes Estados brasileiros: Minas Gerais; Espírito Santo; Rondônia; Bahia; Paraná; São Paulo; Rio de Janeiro; Goiás e Mato Grosso.

No que se refere, ao número de estabelecimentos produtores de café, o Estado de Minas Gerais, lidera em primeiro lugar, com um total de 113.427 mil. Em segundo lugar, o Estado do Espírito Santo detém 59.797 mil, e em

terceiro lugar, o Estado de Rondônia com 34.717 mil propriedades (IBGE, 2006). Os principais Estados produtores de Café em 2016 foram: Minas Gerais; Espírito Santo; São Paulo; Bahia; Rondônia; Paraná; Rio de Janeiro; Goiás e Mato Grosso (IBGE, 2016).

Em relação aos municípios brasileiros, os maiores produtores de café são: Patrocínio (MG); Nova Resende (MG); Manhuaçu (MG); Três Pontas (MG); Campestre (MG) e Campos Altos (MG) (IBGE, 2016). Nesse sentido, concentrasse na cidade de Patrocínio, objeto de estudo desse artigo, o maior volume de produção de café do país. Para o ano de 2017, a estimativa é de 91.673 toneladas de café em uma área de 34.730 ha (CONAB, 2017).

O município de Patrocínio localiza-se na Região do Cerrado Mineiro (Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas), no estado de Minas Gerais (MG), Brasil. A cidade de Patrocínio possui uma população estimada de 89.333 mil habitantes (IBGE, 2016), e é atualmente, o maior produtor de café do país. Somente no ano de 2014 foram colhidas 63.328 mil toneladas de sacas de café de 60 kg (IBGE, 2014).

Somente no município de Patrocínio, objeto de análise deste artigo, existem 943 fazendas produtoras de café (IBGE, 2016), com uma infraestrutura completa constituída de terreiros, lavadores, secadores e máquinas de beneficiamento do grão. Neste Município existe, ainda, um complexo logístico com vários galpões e armazéns que permitem o escoamento do café beneficiado pelas diversas estradas vicinais e rodovias que cruzam os limites territoriais do município (PEREIRA, 2014, p. 212). A fusão dos fluxos materiais e imateriais representados pelos insumos, tecnologia, logística, *software*, geoprocessamento, pessoas, produtos, serviços e dinheiro, transformaram a localidade, numa legítima cidade do campo moderno (SANTOS, 1993).

O objetivo deste trabalho é apresentar e analisar as principais relações socioeconômicas existentes entre os principais atores sociais envolvidos na cadeia agroindustrial do Café produzido em Patrocínio (MG), evidenciando, assim, os aspectos de produção, circulação e expansão dessa atividade

agrícola local no mercado nacional e global de cafés finos e com registro de qualidade (Denominação de Origem).

Em relação à estratégia metodológica, esta pesquisa é teórica e documental, visando discutir e analisar alguns conceitos relacionados à modernização da agricultura, como a agricultura científica globalizada e a logística.

O PARADIGMA DA REVOLUÇÃO VERDE E O SURGIMENTO DA AGRICULTURA CIENTÍFICA GLOBALIZADA

No transcorrer de sua história econômica, o Brasil teve na atividade agrária a sua principal fonte de recursos econômicos (MORAIS, 2006). A interpretação da vocação agrária (BRESSER PEREIRA, 1997) foi hegemônica no Brasil por vários séculos e tinha como objetivo afirmar a aptidão histórica do país para a atividade econômica agrícola. O papel do setor agrícola brasileiro sempre foi muito bem delimitado, ou seja, a função primordial é abastecer o mercado externo com os produtos *in natura* e a partir disso, promover o aumento da geração de divisas que são fundamentais para honrar os compromissos financeiros assumidos pelo país (MORAIS, 2006, p. 08).

A burguesia agrário-mercantil brasileira é responsável ideologicamente pelo predomínio da interpretação da vocação agrária no Brasil até meados de 1930 (BRESSER PEREIRA, 1997). O enfraquecimento dessa corrente ideológica ocorre com o processo de industrialização no Brasil, a partir da década de 1930, onde foram criadas novas demandas urbanas sobretudo no setor de alimentos que favoreceu a transformação de diversas cadeias produtivas (MORAIS, 2006).

O surgimento da agricultura moderna no Brasil ocorreu, a partir da década de 1960, influenciada por dois fatores: o crédito rural e a produção agrícola inspirada na agricultura moderna norte-americana (BUAINAIN et al., 2013). O fundamento da agricultura moderna brasileira é baseado no seguinte tripé: crédito rural subsidiado, extensão rural e a pesquisa agrícola que

inicialmente fora desenvolvida em instituições públicas do país (BUAINAIN et al., 2013).

O paradigma da Revolução Verde e o surgimento dos complexos agroindustriais (CAI's) foram implementados no Brasil, a partir das décadas de 1960 e 1970, visando reestruturar a agricultura brasileira. Para Frederico (2011), o modelo de produção agrícola inspirado na Revolução Verde destaca-se por segregar boa parte dos produtores rurais brasileiros, especialmente os agricultores familiares que foram excluídos dos diversos benefícios proporcionados pelos vários pacotes tecnológicos implementados durante o advento da modernização da agricultura. Os principais pacotes tecnológicos envolviam os seguintes segmentos agrícolas: máquinas, ferramentas, fertilizantes, agrotóxicos e irrigação (FREDERICO, 2011).

Segundo Buainain et. al. (2013, p. 112) “em sua gênese, a Revolução Verde permitiu a intensificação do uso e do rendimento da terra, recurso escasso em países populosos, como Índia, Paquistão, China e México”. Os autores concluem que tais medidas adotadas “foram mudanças que viabilizaram o crescimento da produção agropecuária, tendo afastado o fantasma malthusiano que ameaçava aquelas sociedades, além de terem contido a ameaça da fome catastrófica e disseminada” (BUAINAIN et. al., 2013, p. 113).

Para Buainain et. al. (2013), a intensificação da produção,

apoiada no uso de sementes melhoradas, insumos industriais, máquinas, água e gestão produtiva, submetidos à racionalidade econômica, não foi neutra, do ponto de vista social, e nem inócua, do ponto de vista ambiental. As críticas à agricultura moderna, uma justa reação aos abusos no uso de produtos químicos na agricultura, são feitas em diversos níveis sociais e não se limitam a um país ou região, e ganharam mais força com a emergência dos temas ambientais e o fenômeno global das mudanças climáticas (BUAINAIN et al., 2013, p. 112).

No entendimento de Samuel Frederico (2011), o Estado brasileiro foi o principal ator social, financiador e articulador das principais mudanças ocorridas no mundo rural brasileiro, a partir da década de 1960, conforme transcrição abaixo:

O Estado foi o principal financiador e articulador dos agentes responsáveis pela modernização do campo e pela formação dos complexos agroindustriais, através da adoção de uma série de medidas, como: o fornecimento de crédito subsidiado para custeio e investimento, atrelado à adoção da nova base técnica; a internalização da indústria e montante, produtora de bens de capital; as articulações entre empresas públicas de pesquisa – responsáveis pelo desenvolvimento de novas cultivares - e as multinacionais produtoras de insumos químicos e mecânicos; o incentivo fiscal e creditício às agroindústrias; a extensão rural, difundindo as novas técnicas de manejo, a criação de uma rede de armazéns públicos e os investimentos em transporte e energia (FREDERICO, 2011, p. 3).

A expansão de novas áreas de produção agrícola e o aumento da produtividade ocorreu, a partir da inserção de novas práticas agrícolas inspiradas nos pacotes tecnológicos difundidos pela Revolução Verde. Nesse período, o Cerrado consolida-se como a nova fronteira da agricultura moderna brasileira, e o Estado assume o papel de grande articulador e fomentador da ocupação de novas áreas até então pouco exploradas, favorecendo, assim, o desencadeamento de um novo “projeto econômico” e de “integridade política do território” (FREDERICO, 2011, p. 4).

Nesse sentido, a agricultura brasileira assumiu alguns encargos, ou seja, com a crescente industrialização e urbanização do Brasil, a produção agrícola passa a abastecer as principais indústrias e domicílios urbanos tornando-se uma importante matéria-prima e alimento para a população. A agricultura no Brasil torna-se, indubitavelmente, a atividade vital da econômica brasileira e a sua principal mercadoria, sendo, imprescindível no setor de exportação, pois, auxilia na geração e aumento de divisas, favorece a importação e assegura a liquidez do país (FREDERICO, 2011).

Segundo Frederico (2011), a década de 1980 é marcada pelo enfraquecimento do paradigma da Revolução Verde e pela desarticulação dos complexos agroindustriais. A partir desse período ocorrerá o surgimento da agricultura científica globalizada. O autor destaca ainda, que o Estado brasileiro abandona o papel de grande fomentador e agente financiador dos complexos agroindústrias, sendo, substituído ativamente pelas grandes empresas agroindustriais e *tradings* internacionais (FREDERICO, 2011). Nesse diapasão, Frederico (2011) sinaliza que:

a adesão, ainda que parcial, do Estado brasileiro ao denominado Consenso de Washington e às suas prerrogativas políticas, no início da década de 1990, levaram à privatização e/ou sucateamento da maioria das empresas e instituições públicas responsáveis pelos diferentes aspectos da produção agrícola (financiamento, preços, armazenamento, produção de adubos e fertilizantes). Juntamente com a “desregulamentação” dos mercados e a maior abertura comercial houve também uma maior internacionalização dos circuitos espaciais produtivos agrícolas. A agricultura pautada nos complexos agroindustriais e na centralidade do Estado cede lugar a uma agricultura científica globalizada, organizada em rede (MAZZALI, 2000), cuja a produção tem uma referência mundial – sobretudo, por meio da especialização, na produção de *commodities* -, regida pelas mesmas leis dos demais ramos da economia e regulada pelas grandes corporações (FREDERICO, 2011, p. 5).

A partir da década de 1970, o Brasil, vem aumentando substancialmente a produção agrícola de grãos. Em 1975, a produção foi de 45 milhões de toneladas, em 1990, um total de 58 milhões, e em 2013, a colheita atingiu, os valores expressivos de 187 milhões de toneladas de grãos (BARROS, 2014).

Nas últimas décadas, com a expansão do comércio agrícola e a abertura de novos mercados para as *commodities* agrícolas, o Brasil, afirma-se, “num grande *player* global” (BARROS, 2014, p. 16) do setor agropecuário mundial. O saldo da balança comercial agrícola colabora com esse entendimento, pois correspondem respectivamente, aos seguintes valores: em 1990, US\$ 7 bilhões de dólares, em 2011, US\$ 73 bilhões, e em 2013, US\$ 83

bilhões dólares. O Brasil é hoje, segundo Barros, “um dos quatro maiores exportadores de açúcar, soja, milho, suco de laranja, café, algodão, suínos, aves e bovinos” (BARROS, 2014, p. 16).

Atualmente, as *Commodities* agrícolas são uma das principais e mais vantajosas aplicações financeiras de fundo de investimento (HERREROS et al., 2010).

O termo *commodity* é uma expressão de origem inglesa que significa, mercadoria, mais não se trata de qualquer tipo de mercadoria, refere-se “a produtos principalmente primários ou semielaborados, geralmente agrícolas ou minerais, mundialmente padronizados, com preços cotados e negociados pelas principais bolsas de mercadorias” (FREDERICO, 2013, p.98).

A GÊNESE DA CAFEICULTURA NO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO (MG): DE UM SIMPLES PRODUTO EXÓTICO A UM CAFÉ GOURMET

Atualmente, Minas Gerais é o maior produtor de café no Brasil, com uma produção estimada em 2016 de 28.499.721 milhões de sacas beneficiadas de café, sendo 28.181.288 milhões de sacas de café arábica e 318.433 mil sacas de café conilon. A área total plantada de café arábica em Minas Gerais representa a totalidade de 67,35% de toda produção nacional em uma área delimitada de 1.180.617,8 hectares, o que torna Minas Gerais o maior produtor de café arábica do país (Conab, 2016).

Na década de 1970, o governo federal incentivou por meio do Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais (PRRC) a reestruturação das lavouras de cafés e a expansão de novas áreas de produção no território brasileiro. Portanto, o início da produção do café no Cerrado Mineiro é resultado dessa política pública governamental.

O Cerrado Mineiro está delimitado na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP) estendendo os seus limites territoriais até a microrregião do Noroeste de Minas. Nas últimas décadas, o Cerrado Mineiro

constituiu-se em uma região de referência na produção agrícola e com fortes cadeias produtivas agroindustriais. As condições ambientais e climáticas favoreceram a inserção de diversos produtores na Região Cerrado Mineiro¹ que resultou no surgimento de uma cafeicultura moderna e altamente mecanizada.

A região ocupa um altiplano variando de 820 a 1.100 metros. O Clima é tropical de altitude. A amplitude térmica ao longo do ano é baixa, com temperatura médias entre 18º e 21º.

A maior concentração produtiva do café está inserida nas microrregiões de Uberlândia, Patrocínio e Patos de Minas (JESUS, ORTEGA, 2012). Essa região é reconhecida pela produção especializada de cafés finos com registro de indicação geográfica, uma espécie de direito da propriedade intelectual reconhecida pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e Organização Mundial do Comércio (OMC) (OLIVEIRA, SANTOS, 2015).

Na região do Cerrado Mineiro (Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste) a área estimada de produção de café no ano de 2016 é de 183.27 mil hectares e a produtividade média fica em torno de 37,00 sacas de 60 kg por hectares, o que torna a região do Cerrado Mineiro referência em produtividade de café no estado. Já nas demais regiões produtoras de café em Minas Gerais a estimativa média por hectare corresponde a 28,56 sacas na região Sul e Centro-Oeste, 22,80 sacas na Zona da Mata, Rio Doce e Central e 19,68 sacas na região Norte e no Vale do Jequitinhonha e Mucuri (Conab, 2016).

¹ A Região do Cerrado Mineiro está associado, inicialmente, a delimitação geográfica entre à mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP) e a microrregião do Noroeste de Minas, em Minas Gerais, Brasil. A Região do Cerrado Mineiro abrange o total de 55 municípios delimitados pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), são eles: Abadia do Dourado, Araguari, Arapuá, Araxá, Bambuí, Bonfinópolis, Buritis, Buritizeiro, Campos Altos, Canapólis, Carmo do Paranaíba, Cascalho Rico, Conquista, Coromandel, Córrego Danta, Cruzeiro da Fortaleza, Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara, Guarda Mor, Guimarães, Ibiá, Indianópolis, Iraí de Minas, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Formosa, Matutina, Medeiros, Monte Alegre, Monte Carmelo, Nova Ponte, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Romaria, Sacramento, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Serra do Salitre, Tapira, Tiros, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, Unaí, Varjão de Minas e Vazante.

O número de propriedades rurais produtoras de café na região do Cerrado Mineiro corresponde a 4.500 (JESUS, ORTEGA, 2012), somente no município de Patrocínio que é o principal polo de produção do café do Cerrado Mineiro existem 943 propriedades.

A cidade de Patrocínio, somente, despontou como uma região pioneira na produção de café, após um longo percurso, que teve seu início no ano de 1970, quando os primeiros produtores oriundos do Paraná e de São Paulo adquiriram terras baratas no TMAP, e começaram o cultivo do café para fins de comercialização na região. Os recursos para aquisições de terras na região são provenientes do Programa de Assentamento Dirigido ao Alto do Paranaíba - PADAP (JESUS, ORTEGA, 2012).

Em 1975, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG deu início às primeiras pesquisas sobre as melhores sementes de cultivares de cafés favoráveis para a região do TMAP. Os primeiros experimentos foram realizados, inicialmente, nas propriedades privadas da região, e após alguns anos testes, a EPAMIG resolveu instalar, na cidade de Patrocínio, uma unidade experimental da empresa para atender a necessidades dos produtores locais (JESUS, ORTEGA, 2014).

A partir de 1980, os produtores da região do cerrado mineiro, visando aumentar a competitividade do produto, começaram a fomentar a criação de associações e cooperativas de cafeicultores. Nesse diapasão, somente em 1985, foi criada no município de Araguari, a primeira associação de cafeicultores, ou seja, a Associação dos Cafeicultores de Araguari – ACA.

O conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado – CACCER, com sede em Patrocínio, foi constituída no ano de 1992, com a finalidade de fortalecer a cafeicultura do cerrado mineiro e promover a internacionalização do produto “café do cerrado” (OLIVEIRA, SANTOS, 2015).

No ano de 1995, o CACCER deu início ao processo de construção social do registro de indicação geográfica para o produto café do cerrado, e no dia 28 de janeiro de 1999, a instituição solicitou o registro de indicação

geográfica na espécie de indicação de procedência para INPI brasileiro. O registro de indicação geográfica somente foi concedido em 2005, tornando, assim, a Região do Cerrado Mineiro a primeira no país, com uma área de produção registrada e certificada para o produto café junto aos órgãos federais e internacionais (OLIVEIRA, SANTOS, 2015).

Em 1995, também em Patrocínio é criada a Central de Cooperativas dos Cafeicultores do Cerrado (EXPOCACCER) que é a principal unidade armazenadora de cafés da Região do Cerrado Mineiro, sendo, responsável por comercializar a produção regional nos mercados internacionais. A partir de 1990, Patrocínio afirma-se como principal centro articulador de estratégias de produção e desenvolvimento do café do Cerrado Mineiro, tornando-se a região especializada na produção de cafés finos (PEREIRA, 2014).

A Expocaccer é responsável pela armazenagem e comercialização do café do Cerrado Mineiro e oferece como serviço especializado a consultoria de plano de negócios e o acompanhamento da cotação de preços de café em tempo real nas Bolsas de Valores de diversos países do mundo, favorecendo, assim, a melhor negociação do produto. A Expocaccer é credenciada na Bolsa de Mercadorias & Futuros e certificada por instituições internacionais especializadas no mercado financeiro (PEREIRA, 2014). Em 2013, a Expocaccer exportou mais de 500 mil sacas de cafés para os Estados Unidos, Japão, Bélgica, Alemanha, Canadá e o Reino Unido (Expocaccer, 2014).

Em 2009, a CACCER altera a razão social para Federação dos Cafeicultores do Cerrado (FUNDACCER). A Federação é uma instituição sem fins lucrativos que representa atualmente cerca de 4.500 mil cafeicultores, reunidos em sete (7) associações, nove (9) cooperativas e uma (1) fundação (FUNDACCER, 2016).

Em 31 de dezembro de 2013, o INPI reconheceu a titularidade exclusiva para FUNDACCER da Denominação de Origem: “Região do Cerrado Mineiro” para a produção de café verde em grão e café industrializado torrado em grão ou moído.

Atualmente, a FUNDACCER é responsável pela auditoria, consultoria, emissão e fiscalização do registro de Indicação Geográfica. A FUNDACCER, emite duas certificações, a primeira refere-se à procedência do produto (Certificação de Propriedade), já a segunda, destina-se a qualidade do produto (Certificação do Produto).

Durante o processo de registro de indicação geográfica, junto ao INPI, os produtores da Região do Cerrado Mineiro, elaboraram, uma cartilha com diversas regras sobre a padronização de toda a cadeia agroindustrial do café. O Código de conduta e boas práticas agrícolas foi sistematizando, visando, atender, a uma demanda crescente de controle de qualidade e rastreabilidade.

A Certificação de Propriedade é uma ferramenta definida, no Código de Conduta, e que foi elaborado pelos próprios produtores, com o auxílio de profissionais, com *expertise*, em gestão da qualidade. As normas, ali descritas estabelecem que os proprietários devem implantar, em suas propriedades as seguintes medidas: o uso de tecnologias agrícolas modernas, desenvolvimento de projetos de proteção ao meio ambiente e responsabilidade social, respeito as normas trabalhistas, e por fim, a adequação as normas fitossanitárias vigentes.

A Certificação do Produto é complementar a Certificação da Propriedade. A finalidade dessa certificação é assegurar a qualidade e a rastreabilidade do produto destinado ao consumidor final.

As fazendas mantem mais de 20% de sua área total como reserva permanente. As lavouras irrigadas de café possuem o registro de uso de água, e em sua grande maioria, já empregam o reaproveitamento em alto nível de águas tratadas.

A área geográfica delimitada corresponde 55 municípios do estado de Minas Gerais, que estão situados entre os paralelos de latitude sul 16°37' a 20°13' e meridianos de longitude oeste de 45°20' a 49°48', essa área foi demarcada em 2002, pelo Instituto Mineiro de Agropecuária, e é legitimada por meio da Portaria nº 561 de 12/12/2002. A região do cerrado mineiro apresenta

uma altitude média de 800 a 1300 m favorável para produção de café tipo arábica (INPI, 2016).

A organização política e a reestruturação territorial (CASTRO, 2005) transformaram o município de Patrocínio localizado na Região do Cerrado Mineiro em um “espaço competitivo agrícola” (CASTILHO, FREDERICO, 2010, p. 15). O município de Patrocínio é hoje a sede administrativa de toda a articulação política e econômica da cadeia produtiva agroindustrial do café, o que a torna uma legítima cidade do campo moderno (SANTOS, 1993).

A CAFEICULTURA COMPETITIVA E GLOBALIZADA EM PATROCÍNIO (MG)

No mercado financeiro, em especial nas operações de Mercado de Futuro, o café é uma *commodity* que ocupa a segunda posição entre as mercadorias com maior valor de mercado, perdendo, somente, em ganhos de valor para a tradicional e mais negociada *commodity*, o Petróleo (TALBOT, 2004). Os três maiores países exportadores de café no ano de 2015 foram: o Brasil, o Vietnã e a Colômbia, enquanto que os importadores no mesmo ano foram os Estados Unidos, Alemanha e Itália (ABIC, 2016).

O professor Milton Santos (1994), em sua obra “Técnica, espaço, tempo: globalização e o meio técnico-científico informacional”, elaborou o conceito de coesão regional, que influenciou na fundamentação do conceito de região competitiva (CASTILHO, FREDERICO, 2010). Para os renomados autores, Castillo e Frederico (2010, p. 20), a utilização na atualidade do conceito de região competitiva deve ser compreendida como a “expressão geográfica da produção na era da globalização”. Segundo esses autores, o conceito abarca “um amplo espectro de atividades econômicas, incluindo a agricultura, a indústria, os serviços e os casos mistos, como agronegócio” (CASTILHO, FREDERICO, 2010, p. 20).

As atuais contribuições de Castillo e Frederico (2010) para este conceito indicam que:

a “região competitiva agrícola” pode ser entendida como um compartimento produtivo do espaço geográfico atrelado à produção agrícola moderna. São aquelas regiões cuja produção é hegemônica sobre as demais atividades, fazendo com que a região uma forte densidade técnica (infraestrutura de transporte e comunicação, sistemas de armazenamento, centros de pesquisa, agroindústrias) e normativa (desoneração fiscal, normas que facilitam o desembaraço das mercadorias, selos de denominação de origem etc.) vinculada à atividade agrícola dominante. Podemos elencar como regiões competitivas agrícolas as áreas produtoras de café (sul de Minas, cerrado mineiro, sul da Bahia, leste de Rondônia), soja (Noroeste do Rio Grande do Sul, Norte do Paraná, diversas regiões do Cerrado), laranja (interior paulista), cana-de-açúcar (interior paulista, avançando para o Sul de Minas, Triângulo Mineiro, centro e sudoeste goiano), fruticultura irrigada (Vale do Rio São Francisco), algodão (cerrado), flores (Holambra), uva (Rio Grande do Sul e Jundiaí/SP), apenas para mencionar as principais. Estas regiões se especializaram e ao mesmo tempo passaram a manter relações cada vez mais intensas dentro de circuitos espaciais produtivos agrícolas que extrapolam o próprio país (CASTILLO, FREDERICO, 2010, p. 20-21).

Todos os esforços foram direcionados para a consolidação do município de Patrocínio (MG) como a região administrativa do Café da Região do Cerrado Mineiro. Atualmente, localiza-se na cidade de Patrocínio, 943 fazendas produtoras de café (IBGE, 2012), com uma infraestrutura completa constituída de terreiros, lavadores, secadores e máquinas de beneficiamento do grão. Existe, ainda, um complexo logístico com vários galpões e armazéns que permitem o escoamento do café beneficiado pelas diversas estradas vicinais e rodovias que cruzam os limites territoriais do município (PEREIRA, 2014). A fusão dos fluxos materiais e imateriais representados pelos insumos, tecnologia, logística, software, geoprocessamento, pessoas, produtos, serviços e dinheiro, transformaram a cidade de Patrocínio, numa legítima “cidade do campo moderno” (SANTOS, 1993).

A cafeicultura no Município de Patrocínio consolidou-se por ser estratégica e altamente dinâmica. A relação mantida com capital estrangeiro é extremamente profissional, e os agentes envolvidos no processo de

comercialização do café, acompanham diariamente, as cotações de preços de sacas de café pela bolsa de valores de São Paulo (BM&F).

Com o processo “gradativo de mundialização da Produção, consumo e serviço” (FREDERICO, 2014, p. 38), o crédito torna-se indispensável na agricultura moderna (SANTOS, 1993). Segundo Santos (2014), os Bancos são, portanto, agentes do circuito superior marginal por disponibilizarem, o acesso ao dinheiro, em forma de crédito, desencadeando, assim, um fluxo positivo em toda a cadeia produtiva do café (CHESNAIS, 1996).

Apenas no ano de 2015, foram contratados junto às instituições bancárias localizadas nesse município, o valor total de R\$ 617.681.823,32 milhões de reais (R\$ 367.459.499,82 para custeio, R\$ 60.907.556,98 para investimentos e R\$ 189.314.766,52 para comercialização) (BACEN, 2016). Esses valores correspondem aos recursos direcionados ao financiamento de custeio, investimento e comercialização de produtos agrícolas. Os contratos agrícolas assinados em 2015, captaram somente para o custeio do cultivo do café, o valor de R\$ 228.064.918,00 milhões de reais, o que corresponde a 62% do total de recursos destinados ao custeio agrícola do município (BACEN, 2016).

O cultivo do café envolve uma quantidade significativa de agentes envolvidos no processo de produção como: fornecedores de mudas, sementes, consultores, agrônomos, técnicos agropecuários, engenheiros, lojas especializadas na venda de agrotóxicos e fertilizantes, empresas de consultoria especializadas em licenciamento ambiental e certificações, produtores, atravessadores, *tradings* internacionais, cooperativas, associações, torrefadoras, bolsa de valores e entre outras (FREDERICO, 2014). O café da Região do Cerrado Mineiro, é hoje, um grão gourmetizado e certificado pelas principais certificadoras mundiais como: UTZ, Rainforest, 4 C, Nespresso, Starbucks e Fairtrade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final da década de 1970, o estado de Minas Gerais torna-se o principal produtor de café do país, superando o estado do Paraná.

A partir de 1973, ocorrerá o marco inicial da expansão da agricultura capitalista no Cerrado. Nesse mesmo ano, foi idealizado PADAP (Plano de Assentamento Dirigido do Alto do Paranaíba), que em seguida, foi substituído por outros programas estaduais como: Plano Noroeste, PCI (Programa de Crédito Integrado) e os federais POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Polocentro) e PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados).

Nas últimas décadas, o Cerrado Mineiro constituiu-se em uma região de referência na produção de produtos agrícolas e com a instalação de empreendimentos agroindustriais de médio a grande porte. As condições ambientais e climáticas favoreceram a atração de produtores agrícolas para a Região do Cerrado Mineiro, o que resultou no surgimento de uma cafeicultura moderna e altamente mecanizada.

Ao se analisar a nova dinâmica da agroindústria do Café em Patrocínio, Minas Gerais (MG) é possível verificar que o sucesso dessa atividade agrícola está associado a utilização sistemática de ferramentas disponibilizadas pela agricultura científica globalizada.

Diante do processo de consolidação da agricultura científica globalizada, o uso de tecnologias e informações voltadas para atender cada vez mais as demandas do mercado, faz da cafeicultura um dos principais meios de produção de *commodities*, cuja venda se dá em grande monta para o mercado externo. Desse modo, a prática agrícola nesses moldes, torna-se um dos pilares que sustenta o entendimento do contexto do meio técnico-científico-informacional.

As lógicas impostas pelo mercado global, capital produtivo e financeiro às unidades produtoras reverberam em transformações diversas nas

localidades que estão inseridas. Essa inserção se dá por meio do construto das redes geográficas, que se espacializam regional, nacional e mundialmente, conforme o poder de articulação espacial dos agentes/atores que as comandam. Essa situação leva a transformações socioespaciais diversas entre os segmentos que são capturados ou envolvidos nessa teia de relações, assim as adaptações destes são organizadas pelo capital produtivo.

Atualmente, o café produzido em Patrocínio possui uma indicação geográfica, uma das principais certificações internacionais. A área delimitada é reconhecida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). A produção atual é comercializada para países da Europa, Japão e Estados Unidos, o que tornam as redes construídas em torno do circuito espacial produtivo do café um movimento global e dialético.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). 2012. "Anuário Estatístico de Crédito Rural". Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>> Acesso em: 15/04/2017.

BARROS, José Roberto Mendonça. Prolegomena: "O passado no presente: a visão do economista". In: BUAINAIN, Antônio Márcio, ALVES, Eliseu, SILVEIRA, José Maria da, NAVARRO, Zander (Org). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 16-22.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. Interpretações Sobre o Brasil. In: **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Org. Maria Rita Loureiro (1997) Rio de Janeiro: Editora Vozes: 1997, p. 17-69.

BUAINAIN, Antônio Márcio. et al. **Sete teses sobre o mundo rural brasileiro**. Revista de Política Agrícola, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2013.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Dinâmica Regional e Globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. In: **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 09, p. 17-26, 2010.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. . Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. In: **Sociedade & natureza** (UFU. Online), v. 22, p. 461-474, 2010.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

CONAB, 2016. "Companhia Nacional de Abastecimento". <http://www.conab.gov.br> <último acesso em: 15/04/2017>

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

Expocaccer (Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado). 2011. Relatório da Administração 2014. Patrocínio: Expocaccer.

FREDERICO, Samuel. Expansão da fronteira agrícola e emergência de uma agricultura científica globalizada no território brasileiro. In: XIII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2011, San José. **Anais do XIII Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2011.

FREDERICO, Samuel. Lógica das *Commodities*, Finanças e Cafeicultura. In: **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, p. 97-116, 2013.

FREDERICO, Samuel. Circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas. In: **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 17, p. 37-48, 2014.

FUNDACCER, 2016. **Federação dos Cafeicultores do Cerrado**. <http://www.cerradomineiro.org/index.php> <último acesso em: 15/04/2017>

HERREROS, Mario Miguel Amin Garcia. et al. Atividade especulativa dos fundos de investimentos no mercado futuro de commodities agrícolas, 2006-2009. In: **Revista de Política Agrícola**, ano XIX, nº 1, jan./fev./mar., 2010.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2012. "Censo Agropecuário 2006". <http://www.sidra.ibge.gov.br> <último acesso em: 15/04/2017>

_____.Cidades (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Cidades). 2012.

_____.Cidades Patrocínio, Minas Gerais". <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php> <último acesso em: 15/04/2017>

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial. www.inpi.gov.br <último acesso em: 02/04/2017>

JESUS, Clésio Marcelino; ORTEGA, Antônio César. **Café e território: a cafeicultura no Cerrado Mineiro**. Capina, SP: Editora Alínea, 2012.

OLIVEIRA, Ramon de Souza; SANTOS, Nivaldo dos. O valor agregado de produtos com Indicação Geográfica: um estudo de caso da Região do Cerrado Mineiro. In: DIAS, José Carlos Vaz; Sá MULLER, Juliana Martins; PORTILHO, Raphaela Magnino Rosa (Org.). **A propriedade intelectual e os dez anos da lei de inovação: conflitos e perspectivas**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Gramma, 2015. p.159 -182.

VICENTE PEREIRA, Mirlei Fachini. Globalização, especialização territorial e divisão do trabalho: Patrocínio e o café do Cerrado mineiro. In: **Cuadernos de Geografía**. Revista Colombiana de Geografía, Vol. 23, nº 2, jul/dic 2014.

MORAIS, MARCELO OROZCO. **O café do Cerrado em Patrocínio (MG), um exemplo do processo de modernização da agricultura brasileira**. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2006. (UFF, Dissertação, mestrado em geografia.).

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2008.

Ramon de Souza Oliveira – Graduado em Direito pela PUC - GOIÁS e em Ciências Econômicas pela UnB. Especialista em Agronegócios, Direito Público, Empresarial e Imobiliário. Atualmente é mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFG. Atua como pesquisador a 10 anos em projetos com foco em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação PD&I. Pesquisador da Rede de Pesquisa em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia do Estado de Goiás (REPPITTEC-GO) e do Núcleo de Patentes e Transferência de Tecnologia no Estado de Goiás (NUPATTE-GO). Foi bolsista de Iniciação Tecnológica Industrial - ITI - Nível 1 A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq (entre agosto de 2007 a março de 2009). Foi Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq) (entre agosto de 2008 a julho de 2010). Foi Bolsista e Pesquisador de Produtividade em Pesquisa em Extensão no País - Nível B do CNPq (entre janeiro de 2011 a maio de 2013). Foi Bolsista e Pesquisador em Desenvolvimento Tecnológico Industrial pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG-GO) (entre junho de 2013 a julho de 2015). Atualmente é membro dos seguintes Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq como pesquisador: INGTEC - Núcleo de Pesquisas em Inovação, Gestão Empreendedora e Competitividade da FEA - USP; Diversidade, cultura e educação da UnB; Patentes e Transferência de Tecnologia da PUC - GOIÁS e Grupo de Estudos e pesquisas em Estado e Políticas Públicas da PUC - GOIÁS. Atua nos seguintes temas: Direito do Consumidor, Direito

A AGRICULTURA CIENTÍFICA GLOBALIZADA NO MERCADO DE CAFÉS FINOS NO
MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO (MG)

Ramon de Souza Oliveira

João Cleps Júnior

Empresarial, Gestão Conhecimento e Propriedade Intelectual, Propriedade Intelectual e Indicações Geográficas, Patentes Verdes e o Desenvolvimento de Tecnologias Ambientalmente Sustentáveis, Direito Agrário, Direito Empresarial, Direito Público, Agricultura Familiar, certificação de produtos com diferencial de qualidade e diversidade, Análise de redes e rotas tecnológicas, propriedade intelectual, políticas de proteção e defesa do consumidor e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I e redes geográficas.

João Cleps Júnior– Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp de Presidente Prudente (1984) e Mestrado e Doutorado em Geografia [Área de Concentração em Organização do Espaço pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Rio Claro. Atualmente é professor Titular do Instituto de Geografia e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Coordena o Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA-UFU) e o Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais - NEAT [Diretório de Grupo de Pesquisa - CNPq]. É membro pesquisador do NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária da Unesp de Presidente Prudente e da Rede de Pesquisa DATALUTA. É coordenador da Pesquisa DATALUTA em Minas Gerais desde 2005. Editor do periódico Campo-Território: Revista de Geografia Agrária (2009-2012). Pesquisador Mineiro - Nível A (a partir de julho/2015) Atua na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Agrária e Geografia Econômica, com pesquisas nos seguintes temas: Reforma Agrária; Agricultura e Meio Ambiente; Produção Camponesa e Agronegócio.

Recebido para publicação em 10 de maio de 2017.

Aceito para publicação em 21 de junho de 2017.

Publicado em 01 de julho de 2017.

<https://doi.org/10.20873/uft.2317-9430.2017v6n10p80>